

Sul América Serviços de Saúde S.A.
CNPJ 02.866.602/0001-51



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas do relatório CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 1. **Conjuntura econômica:** Em 2014, a economia brasileira apresentou baixo nível de crescimento e a demanda doméstica perdeu força, com queda no consumo e retração nos investimentos. Esse contexto de atividade enfraquecida refletiu a piora dos fundamentos da economia, principalmente inflação ascendente e um quadro fiscal que requer atenção. Apesar das circunstâncias adversas, a renda e o nível de emprego apresentaram melhora em relação ao ano de 2013. A economia mundial também foi caracterizada por crescimento fraco, notadamente nos países emergentes, observando-se nos países desenvolvidos desempenho melhor, em especial nos EUA. A demanda externa contribuiu pouco para o crescimento, refletindo a queda nas exportações de produtos básicos e manufaturados. No caso dos produtos básicos, houve forte queda nos preços de commodities no segundo semestre, agravada pelos efeitos da desaceleração da economia chinesa. No caso dos produtos manufaturados, verificou-se piora em parceiros comerciais importantes para o Brasil, em especial na América Latina. No final de 2014, teve início um novo ciclo de ajustes voltados à recuperação dos fundamentos da economia e pro-

moção de um ambiente favorável ao crescimento nos próximos anos. O governo e a nova equipe econômica acreditam que a alta nas taxas de juros e medidas no campo fiscal possam reequilibrar a inflação em trajetória compatível com as metas. No mercado de seguros, nosso principal mercado, dados preliminares da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indicam que a receita com prêmios alcançou um volume total de R\$ 161,6 bilhões, um aumento de 16,6%. Se forem desconsiderados os prêmios dos planos da modalidade VGBL, o mercado de seguros teria atingido a cifra de R\$ 90,2 bilhões contra R\$ 82,9 bilhões em 2013, um crescimento de 8,8%. O segmento de automóveis representou a maior parcela da receita, com participação de 35,6% no total de prêmios auferidos em 2014. Já no mercado de saúde suplementar, segundo dados disponibilizados pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) para os nove primeiros meses de 2014, a receita total era de R\$ 94,6 bilhões para o período em questão, o que representava um crescimento de 16,2% ante o mesmo período de 2013.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2014	2013	Var.
Contraprestações efetivas	761,9	632,5	20,5%
Eventos indenizáveis líquidos	(729,5)	(600,3)	(21,5%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	32,4	32,1	0,7%
Resultado bruto	27,1	26,5	2,4%
Resultado financeiro líquido	8,6	5,0	72,3%
Resultado antes dos impostos e participações	9,0	8,3	8,3%
Resultado Líquido	4,5	4,6	(2,2%)

3. **Visão Geral:** Em 2014, as contraprestações efetivas totalizaram R\$761,9 milhões, 20,5% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis

líquidos representaram uma despesa de R\$729,5 milhões, um aumento de 21,5% em comparação a 2013. O resultado das operações com planos de assistência à saúde somaram, dessa forma, R\$32,4 milhões, 0,7% acima do ano anterior e o resultado líquido no final do período foi de R\$ 4,5 milhões, redução de 2,2% em relação a 2013.

4. Distribuição do resultado:

(R\$ milhões)	2014	2013
Lucro antes dos impostos e participações	9,0	8,3
(-) Impostos e contribuições	(2,3)	(2,5)
(-) Participações	(2,2)	(1,2)
Lucro líquido do exercício	4,5	4,6
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,2)	(0,2)
Lucro líquido ajustado	4,3	4,4
Dividendos obrigatórios	1,1	1,1
25% do lucro líquido ajustado	1,1	1,1
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	1,1	1,1
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	3,2	3,3
Expansão de negócio		
(Até 71,25% do lucro líquido)	3,2	3,3

5. **Investimentos:** A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. 6. **Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". 7. **Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de nenhum acordo de acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.
A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Ativo			
Circulante		133.958	115.052
Disponível		498	1.663
Realizável		133.460	113.389
Aplicações financeiras	5	68.625	68.268
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		65.288	35.545
Aplicações não vinculadas		3.337	32.723
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	56.756	40.706
Contraprestações pecuniárias a receber		55.244	38.092
Créditos de operações de administração de benefícios		1.512	2.614
Créditos tributários e previdenciários	8,1	1.877	1.363
Bens e títulos a receber	7	6.202	2.893
Despesas antecipadas			159
Não circulante		19.895	19.857
Realizável a longo prazo		19.584	19.166
Aplicações financeiras	5	14	14
Aplicações não vinculadas		14	14
Ativo fiscal diferido	8,2	15.880	16.243
Depósitos judiciais e fiscais	12,1	2.762	1.982
Outros créditos a receber a longo prazo		928	927
Imobilizado		44	67
Imobilizado de uso próprio		13	16
Não hospitalares/Não odontológicos		13	16
Outras imobilizações		31	51
Intangível		287	624
Total do ativo		153.853	134.909

	Notas	2014 (Reclassificado)	2013
Passivo			
Circulante		59.242	45.677
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	39.662	25.883
Provisão de eventos a liquidar para SUS		611	305
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		39.051	25.578
Débitos de operações de assistência à saúde		5.670	7.915
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		5.670	7.915
Tributos e encargos sociais a recolher		6.152	2.985
Débitos diversos	10	7.758	8.894
Não circulante		5.945	3.994
Provisões		479	560
Provisões para ações judiciais	12,2	479	560
Tributos e encargos sociais a recolher	12,2	5.466	3.434
Tributos e encargos sociais a recolher		5.466	3.434
Tributos e contribuições		5.466	3.434
Patrimônio líquido	13	86.666	85.238
Capital social		47.000	42.000
Reservas		41.665	43.238
Reservas de lucros		41.665	43.238
Ajustes de avaliação patrimonial		1	
Total do passivo e patrimônio líquido		153.853	134.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2013	40.000	577	41.159	41.736	-	-	81.736
Aumento de capital com reserva conforme AGOE de 30/04/2013	2.000	(577)	(1.423)	(2.000)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.593	4.593
Reserva legal	-	230	-	230	-	(230)	-
Reserva estatutária	-	-	3.272	3.272	-	(3.272)	-
Dividendos obrigatórios - R\$0,4374 por lote de mil ações	-	-	-	-	-	(1.091)	(1.091)
Saldos em 31/12/2013	42.000	230	43.008	43.238	-	-	85.238
Aumento de capital com reserva conforme AGOE de 31/03/2014	5.000	(230)	(4.770)	(5.000)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	1	-	1
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.494	4.494
Proposta da destinação do resultado:							
Reserva legal	-	225	-	225	-	(225)	-
Reserva estatutária	-	-	3.202	3.202	-	(3.202)	-
Dividendos obrigatórios - R\$0,4280 por lote de mil ações	-	-	-	-	-	(1.067)	(1.067)
Saldos em 31/12/2014	47.000	225	41.440	41.665	1	-	88.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como: planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e de outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. Em 09/11/2007, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto à ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora a Indusfar a Sul América S.A. A Sul América S.A. é controlada pela Sulamer Participações S.A., com 50,90% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,69% de participação total. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 244, emitida em 20/12/2013. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o objetivo de atender a exigência de divulgação do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, os R\$70 de débito tributário que foram divulgados na rubrica "Provisões para tributos diferidos", no passivo não circulante, foram reclassificados para o ativo não circulante, para a rubrica "Ativo fiscal diferido". A Companhia entende que essas reclassificações para fins de divulgação e que não afetam o capital circulante líquido, não são relevantes. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 24/02/2015. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5); • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. **Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações líquidas, que correspondem aos valores repassados à Companhia, para pagamento dos custos dos planos de saúde administrados, são contabilizadas com base nas faturas emitidas, na modalidade de pós-pagamento e apresentados como receita, na demonstração do resultado; • Os eventos indenizáveis, que correspondem aos custos dos planos de saúde administrados, são constituídos pelo valor das faturas apresentadas aos prestadores de serviços, sendo apresentados, na demonstração do resultado, como despesas; • A receita com taxa de administração de planos de assistência à saúde é reconhecida na medida em que os serviços são prestados e contabilizada com base nas faturas. 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2014	2013
Contraprestações efetivas		761.853	632.461
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		766.579	635.645
Contraprestações líquidas	14,1	730.450	602.931
Receita com administração	14,1	36.129	32.532
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(4.728)	(3.002)
Eventos indenizáveis líquidos	14,2	(729.502)	(600.328)
Eventos conhecidos ou avisados		(729.502)	(600.328)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		32.351	32.133
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		4.532	5.398
Outras receitas operacionais	14,4	4.532	5.398
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	14,5	(9.719)	(11.022)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(9.985)	(8.510)
Provisão para perdas sobre créditos		266	(2.512)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	14,5	(16)	(3)
Resultado bruto		27.148	26.506
Despesas administrativas	14,3	(26.731)	(23.165)
Resultado financeiro líquido	14,6	8.612	4.998
Receitas financeiras	14,7	9.340	5.425
Despesas financeiras	14,8	(728)	(427)
Resultado antes dos impostos e participações		9.029	8.339
Imposto de renda	14,9	(1.402)	(1.778)
Contribuição social	14,9	(549)	(676)
Impostos diferidos	14,9	(361)	(135)
Participações sobre o lucro		(2.223)	(1.157)
Resultado líquido		4.494	4.593
Quantidade de ações		2.494.197.661	2.494.197.661
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		1.8018	1.8415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	4.494	4.593
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.494	4.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
--	------	------

Atividades operacionais

Recebimento de planos de saúde	709.611	646.060
Resgate de aplicações financeiras	596.419	498.646
Recebimento de juros de aplicações financeiras	6.789	4.272
Outros recebimentos operacionais	307	3.982
Pagamento a fornecedores / Prestadores de serviço de saúde	(707.254)	(598.609)
Pagamento de comissões	(868)	(634)
Pagamento de pessoal	(16.085)	(14.632)
Pagamentos de serviços de terceiros	(17.027)	(12.862)
Pagamento de IR e CSLL	(3.093)	(2.589)
Pagamento de outros tributos	(6.940)	(5.941)
Pagamento de ações judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(1.380)	(301)
Pagamento de promoção/publicidade	(56)	(88)
Aplicações financeiras	(597.724)	(511.008)
Outros pagamentos operacionais	37.759	(4.523)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Atividades de investimento	458	1.793
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(532)	(186)

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

Atividades de financiamento	(532)	(186)
------------------------------------	-------	-------

Pagamento de participação nos

	(1.091)	(794)
--	---------	-------

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

Varição líquida do caixa	(1.091)	(794)
---------------------------------	---------	-------

Caixa - Saldo inicial

	1.165	813
--	-------	-----

Caixa - Saldo final

	498	1.650
--	-----	-------

Ativos livres no início do exercício

	44.040	25.737
--	--------	--------

Ativos livres no final do exercício

	29.473	44.040
--	--------	--------

Aumento / redução nas aplicações financeiras

	(14.567)	18.303
--	----------	--------

- Recursos livres

	(14.567)	18.303
--	----------	--------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: • **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. • **Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensuradas ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado, e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. • **Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.4. Redução ao valor (incluindo) de ativos não financeiros e recebíveis. Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada, reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investe, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros.** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 6 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os passivos reconhecidos e a base de cálculo dos impostos sobre os lucros e ganhos lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Passivos circulante e não circulante:** • **Provisões para ações judiciais.** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com o nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração, sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade e à falta de relação de causalidade das obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. • **Benefícios pós-emprego.** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. • **Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.7. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os fatos e suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5); • Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 8); e • Provisões para ações judiciais (nota 12).

3.8. Normas emitidas e revisadas: (a) **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).** Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente; No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas e verificou que não há necessidade de mudança em suas demonstrações financeiras: • **IAS 36/CPC01(R1) - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração ao valor justo e requerimento da divulgação do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação ou hedge accounting e que não retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à unidade geradora de caixa. • **IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma fala sobre o hedge accounting e que não há necessidade de descontinuar-lo no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz

esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir: • **IFRIC 21 - Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas.** • **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e aos possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflita a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive), porém não é aplicável a contratos de seguros e, portanto, não é relevante para a Companhia. (b) **Receta Fiscal do Brasil (RFB).** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais - IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos, e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive).

4. Gestão de Riscos: A SulAmérica investe no desenvolvimento contínuo de seus protocolos de gestão dos riscos resultantes de seus contratos e processos, inspirada nas melhores práticas internacionais. O gerenciamento dos riscos corporativos é realizado de forma integrada entre as linhas de defesa da SulAmérica que compreende as unidades de negócios, as áreas corporativas de gestão de riscos, Compliance e Controles Internos, a estrutura de comissão permanente e Comitê colegiados de gestão de riscos e o suporte da área de auditoria interna. A estrutura desenvolvida permitiu a SulAmérica implementar um processo contínuo e evolutivo, estabelecido pelo conselho de administração, supervisionado pelo comitê de auditoria e executado pelo corpo executivo em processos integrados de identificação dos riscos, quantificação, reporte, monitoramento e planos de ação de resposta as ameaças que estejam em desacordo com o apetite a riscos estabelecido na SulAmérica. Com a finalidade de suportar o alcance dos objetivos estabelecidos, o processo de gestão de riscos compreende todos os riscos corporativos, incluindo, mas não limitado aos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional. **4.1. Riscos de Mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos financeiros ou de seguros, inclui o risco de oscilação nos investimentos devido a flutuações de taxa de juros, preço de ações, oscilações de câmbio ou variações nos passivos de seguros decorrentes de mudanças nas variáveis macroeconômicas como, por exemplo, a inflação. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos da SulAmérica. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas da tempestividade de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. Diariamente e de acordo com a política de investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizado testes de stress (Stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Em 31/12/2014, os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **4.2. Risco de Liquidez:** A política de investimentos da SulAmérica prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros. A Companhia realiza projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de

normalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez da Companhia. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos dos principais ativos financeiros em 31/12/2014 e 2013.

Descrição	Até 2 anos ou mais		2014	
	sem vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
Instrumentos Financeiros				
Aplicações financeiras	68.749	68.749	68.625	(124)
Valor justo por meio do resultado			68.625	68.625
Disponível para venda	124	124	-	(124)

Descrição	Até 2 anos ou mais		2013	
	sem vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
Instrumentos Financeiros				
Aplicações financeiras	68.392	68.392	68.268	(124)
Valor justo por meio do resultado			68.268	68.268
Disponível para venda	124	124	-	(124)

4.3. Riscos de Crédito: Decorrente do não cumprimento de contratos, o risco de crédito pode afetar significativamente os resultados da Companhia caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados, a Companhia realiza redução ao valor recuperável das contraprestações pecuniárias a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente. Conforme demonstrado na nota 6.2, a posição de 31/12/2014 dos valores vencidos acima de 61 dias representa apenas 0,6% (8,5% em 31/12/2013) do valor total a receber. A inadimplência não é expressiva nas demonstrações financeiras. **4.4. Risco Operacional:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos microprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistêmica e atualizado semestralmente gerando informações para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destas informações, os microprocessos são avaliados de acordo com seus riscos inerentes e residuais determinando planos de ação para os casos identificados como risco alto. A gestão dos riscos operacionais conta ainda com o desenvolvimento do plano de continuidade de negócios, tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Companhia e seus segurados. **4.5. Gestão do Capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Além, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco operacional, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos corporativos. Os resultados destas análises são transformados em métricas de acompanhamento, divulgadas e discutidas em reuniões específicas pela alta administração. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período.

Descrição	2014	2013
Patrimônio líquido	88.666	85.238
Ações		
Obrigações legais	1.279	1.528
Deduções		
Créditos tributários	(13.595)	(14.490)
Despesas antecipadas	-	(159)
Intangível	(267)	(624)
Patrimônio mínimo ajustado	76.083	71.493
0,20 Prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses		15.332
0,33 Sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses	20.711	19.252
Solvência	20.711	19.252
Suficiência	55.372	52.241

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	2014	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mobiliário avaliado pela curva
	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
		Total
Títulos de renda variável		
Ações	-	4
Outros	-	120
Impairment	-	(124)
Quotas de fundos de investimentos	68.625	68.625
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	68.625	68.625
Subtotal	68.625	124
Percentual de participação nas aplicações financeiras	100%	0%
Outras aplicações		14
Total		68.639
Circulante		68.625
Não circulante		14

Descrição	2013	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mobiliário avaliado pela curva
	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
		Total
Títulos de renda variável		
Ações	-	4
Outros	-	120
Impairment	-	(124)
Quotas de fundos de investimentos	68.268	68.268
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	68.268	68.268
Subtotal	68.268	124
Percentual de participação nas aplicações financeiras	100%	0%
Outras aplicações		14
Total		68.282
Circulante		68.268
Não circulante		14

5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado
Saldo em 01/01/2013	55.243
Aplicações	511.008
Rendimento resgate	(4.272)
Principal resgate	(498.648)
Resultado financeiro	4.389
Outros pagamentos/recebimentos	549
Saldo em 31/12/2013	68.268
Saldo em 31/12/2014	68.268
Aplicações	597.724
Rendimento resgate	(6.789)
Principal resgate	(596.419)
Resultado financeiro	6.392
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(651)
Saldo em 31/12/2014	68.265

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ABRAM) e pela BM&FBOVESPA. Em 2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: (i) Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) Nível 2: Informações, exceto os preços cotados (incluindo no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2 - Quotas de fundos de investimentos:** calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de

continua

continuação

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus respectivos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	68.625	68.268		
Total	68.625	68.268		

6. Crédito de operações com planos de assistência à saúde:

6.1. Contraprestação pecuniária:

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Contraprestações pecuniárias a receber	58.225	41.338		
(c) Provisão para perdas sobre créditos	(2.981)	(3.246)		
Subtotal	55.244	38.092		
Taxa administração de planos a receber	1.534	2.660		
(i) Provisão para perdas sobre créditos	(22)	(46)		
Subtotal	1.512	2.614		
Total	56.756	40.706		

6.2. Contraprestação pecuniária por vencimento: As contraprestações pecuniárias a receber, por vencimento, estão distribuídas da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
A vencer				
A vencer entre 1 e 30 dias	35.591	20.172		
Total a vencer	35.591	20.172		
Redução ao Valor Recuperável	(1.718)	(674)		
Total a vencer	33.873	19.498		
Vencidos				
Vencidos entre 1 e 30 dias	20.238	15.705		
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.041	1.943		
Vencidos entre 61 e 180 dias	289	2.365		
Vencidos entre 181 e 365 dias	13	482		
Vencidos acima de 365 dias	53	671		
Total vencidos	22.634	21.166		
Redução ao Valor Recuperável	(1.263)	(2.572)		
Total vencidos	21.371	18.594		
Total prêmios a receber	55.244	41.338		
Redução ao Valor Recuperável	(2.981)	(3.246)		
Total	52.263	38.092		

7. Bens e títulos a receber:

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Recursos bloqueados	992	271		
Conta corrente - Intercompanhias	4.256	2.245		
Outros	954	377		
Total	6.202	2.893		
Circulante	6.202	2.893		

8. Créditos e débitos tributários diferidos:

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Créditos tributários e previdenciários				
Impostos a compensar/recuperar (nota 8.1)	1.877	1.363		
Total	1.877	1.363		
Circulante	1.877	1.363		
Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos				
IR/CSLL sobre diferenças temporárias (nota 8.2)	2.398	1.823		
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (nota 8.2)	13.595	14.490		
(=) Tributos diferidos passivos (nota 8.2)	(113)	(70)		
Não circulante	15.880	16.243		

8.1. Impostos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Adição	Atualização Monetária		Saldo em 31/12/2013
			Monetária	Monetária	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.078	1.485	39	(1.396)	1.206
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	180	157	4	(184)	157
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	496	-	-	(496)	-
Outros	464	-	-	(464)	-
Total	2.218	1.642	43	(2.540)	1.363
Circulante					1.363

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Atualização Monetária	Pagamento/monetária	Saldo em 31/12/2014	
					Monetária
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.206	2.686	28	(2.135)	1.785
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	157	247	8	(325)	87
Programa de Integração Social - PIS	-	3	-	(3)	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	13	-	(13)	-
Outros	-	5	-	(5)	-
Total	1.363	2.954	36	(2.476)	1.877
Circulante					1.877

8.2. Movimentação dos créditos e débitos tributários: As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2013	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2013
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	380	357	(53)	684
Redução ao valor recuperável de créditos	173	860	(34)	999
Participações nos lucros	119	79	(46)	152
Outros	-	-	(12)	(12)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	672	1.296	(145)	1.823
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social (a)	15.601	-	(1.111)	14.490
Total dos créditos tributários	16.273	1.296	(1.256)	16.313
Atualizações de depósitos judiciais	(37)	(33)	-	(70)
Total dos débitos tributários	(37)	(33)	-	(70)
Total dos créditos tributários líquido dos débitos tributários	16.236	1.263	(1.256)	16.243

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2014
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	684	700	-	1.384
Redução ao valor recuperável de créditos	999	4	(142)	861
Provisões indevidadas	-	14	-	14
Participações nos lucros	152	151	(152)	151
Outros	(12)	-	-	(12)

Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	1.823	869	(294)	2.398
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social (a)	14.490	-	(895)	13.595
Total dos créditos tributários	16.313	869	(1.189)	15.993

Total dos débitos tributários líquido dos débitos tributários

	(70)	(43)	-	(113)
Total dos débitos tributários	(70)	(43)	-	(113)

(a) Em 31/12/2014, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social a compensar montam respectivamente R\$39.902 (R\$42.536 em 2013) e R\$40.228 (R\$42.844 em 2013) e foram formados no ano de 2006. Em 31/12/2014, a expectativa de realização, por ano, dos referidos créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é apresentada conforme demonstrada a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
2015	14%	13%
2016	21%	21%
2017	27%	27%
2018	33%	33%
2019	5%	6%
Total	100%	100%

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionados, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais não estão apresentadas no quadro acima, pois dependem de decisão judicial definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias. Em 31/12/2014, a Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam R\$1.660 (R\$1.221 em

11. Partes relacionadas: • Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saepar Serviços e Participações S.A.	Controladora	Sul América S.A.	-	-	-	-	1.888	3.686	-	-
(a) Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	-	259	-	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (c) (f)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	4.256	2.245	1.067	1.091	7.519	4.062	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	1	-	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.099	1.135	-	-	559	676	(68)	(60)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (c)	Controladora	Saepar Serviços e Participações S.A.	-	-	1	-	4.968	4.975	-	-
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	126	25	-	-
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	37	35	-	-
Sul América Odontológico S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	-	-	150	258	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (b)	Ligada	Outros	-	-	-	-	-	-	-	(32)
Total			5.355	3.380	1.068	1.091	15.507	13.717	(68)	(92)

(a) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes; (b) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (d) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; e (f) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios. Em 2014, a Companhia liquidou dividendos no montante de R\$1.091 para a Sul América Companhia de Seguro Saúde (R\$794 em 2013). **12. Depósitos judiciais e fiscais, provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como a provisão para ações judiciais e fiscais, registrada na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos como demonstrados a seguir: **12.1. Depósitos judiciais:**

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Fiscais:				
Imposto de renda	1.874	1.757		
Outros	888	225		
Total	2.762	1.982		
Não Circulante	2.762	1.982		

12.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2013	Adições	Atualização Monetária		Saldos em 31/12/2013
			Monetária	Monetária	
Cíveis e trabalhistas:					
Outros	398	127	35	-	560
Subtotal	398	127	35	-	560
Tributárias:					
COFINS	191	-	-	(191)	-
Imposto de renda	1.456	214	87	-	1.757
Honorários	656	851	67	-	1.574
Outros	92	47	-	(36)	103
Subtotal	2.395	1.112	154	(227)	3.434
Total	2.793	1.239	189	(227)	3.994
Não circulante					3.994

Descrição	Saldos em 31/12/2012	Adições	Atualização Monetária		Saldos em 31/12/2014
			Monetária	Monetária	
Cíveis e trabalhistas:					
Outros	560	95	(85)	(91)	479
Subtotal	560	95	(85)	(91)	479
Tributárias:					
Imposto de renda	1.757	-	117	-	1.874
Honorários	1.574	2.100	670	(863)	3.481
Outros	103	6	-	-	111
Subtotal	3.434	2.100	795	(863)	5.466
Total	3.994	2.195	710	(954)	5.945
Não circulante					5.945

12.3. Principais ações fiscais - tributos e contribuições sobre o lucro: A partir de 01/01/1997, com a publicação da Lei nº 9.316/1996,

2013) que totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$285 (R\$198 em 2013). Esses créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativa de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores. **9. Provisão de eventos a liquidar:** A Companhia aderiu ao Programa de Conformidade Regulatória, no âmbito da Resolução Normativa nº 278/2011 e mantém um fundo de renda fixa exclusivo, destinado a garantir a Provisão de Eventos a Liquidar, no montante de R\$65.288 (R\$35.545 em 2013). Além da adesão formal, há o atendimento de certos itens estabelecidos no Programa, sem os quais o benefício de livre movimentação dos ativos garantidos pode ser suspenso pela ANS. Em 31/12/2014 e 2013 a Companhia atende a todos os requisitos. Abaixo segue a movimentação da provisão de eventos a liquidar:

Evento	Total
Saldo em 01/01/2013	30.309
Avisados / alterações	537.795
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(542.221)
Saldo em 31/12/2013	25.883
Circulante	25.883

Evento	Total
Saldo em 31/12/2013	25.883
Avisados / alterações	661.630
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(647.851)
Saldo em 31/12/2014	39.662
Circulante	39.662

10. Débitos diversos:

Descrição	2014		2013	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2

